

DOCUMENTO TÉCNICO DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E SINGULARIDADE DO OBJETO

INSTITUIÇÃO: ICAGES – Instituto de Capacitação em Gestão Estratégica OBJETO: Curso de Capacitação em Gestão Administrativa e Fiscalização de Contas Públicas TEMA: Atos de Pessoal, Orçamento, Licitações e a Visão do Tribunal de Contas DATA: 24 a 27 de fevereiro de 2026 LOCAL: Hotel Nacional Inn – Porto Alegre/RS

1. DA NATUREZA SINGULAR DO OBJETO

O presente documento tem por finalidade fundamentar a contratação do ICAGES para a realização de curso técnico de alto nível em Gestão Administrativa e Fiscalização de Contas Públicas, com foco na atuação dos Tribunais de Contas e na conformidade dos atos administrativos e de pessoal.

A singularidade do objeto decorre da integração prática entre gestão administrativa, controle externo e legislação aplicada, estruturada de forma específica para atender às demandas contemporâneas de órgãos públicos que buscam:

Adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e às normas de contabilidade aplicada ao setor público. Conformidade dos atos de pessoal (nomeações, vantagens, diárias, gratificações, vínculos) à luz da jurisprudência dos Tribunais de Contas. Aprimoramento técnico em licitações e contratos sob a perspectiva do controle externo. Melhoria da transparência pública e das ferramentas de controle interno, com base nos principais apontamentos e orientações do Tribunal de Contas.

Diferentemente de cursos genéricos de administração pública ou de “introdução à LRF”, este treinamento foi desenhado com foco na visão dos Tribunais de Contas, privilegiando a análise de casos concretos, apontamentos recorrentes em auditorias, recomendações técnicas e boas práticas para prevenção de irregularidades.

A abordagem proposta conjuga:

Estudo dirigido da legislação (Constituição, LRF, normas de finanças públicas, leis de licitações e regulamentos correlatos). Interpretação de entendimentos consolidados dos Tribunais de Contas. Discussão de situações reais vivenciadas pelos próprios instrutores em auditorias, pareceres e julgamentos de contas. Construção de rotinas e checklists para a atuação diária dos agentes públicos.

Essa combinação de doutrina, legislação, jurisprudência e prática de auditoria configura um serviço de natureza singular, que não pode ser comparado objetivamente com capacitações padronizadas de mercado, voltadas apenas à exposição teórica ou a conteúdos generalistas.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DETALHADO

A complexidade do tema exige aprofundamento técnico distribuído em módulos interdependentes, que percorrem o ciclo completo da gestão administrativa e do controle de contas públicas:

Fundamentos da Gestão Administrativa sob a Ótica do Controle Externo

Princípios constitucionais da administração pública e sua repercussão na análise de contas. Competências dos Tribunais de Contas: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tipos de processos no Tribunal de Contas: contas de governo, contas de gestão, tomadas de contas especiais e representações. Responsabilidade dos gestores e agentes públicos: dolo, culpa, responsabilidade solidária e subsidiária.

Metodologia: Exposição dialogada com análise de decisões selecionadas dos Tribunais de Contas, destacando falhas recorrentes e parâmetros de boa gestão.

Atos Administrativos e de Pessoal

Conceitos e elementos do ato administrativo e sua importância na formação do juízo de regularidade pelo Tribunal de Contas. Atos de pessoal mais sensíveis ao controle externo: Nomeações, posse e exercício. Funções gratificadas, cargos em comissão e designações. Progressões, promoções e vantagens pessoais. Limites constitucionais e legais: teto remuneratório, acúmulo de cargos, vedação ao nepotismo, súmulas e



precedentes administrativos. Dever de instrução processual: documentos essenciais, fundamentação das decisões e registro em sistemas de pessoal.

Entregável: Roteiro de verificação dos principais riscos em atos de pessoal, alinhado às exigências dos Tribunais de Contas.

Orçamento Público, Contabilidade e Lei de Responsabilidade Fiscal

Estrutura do orçamento público: PPA, LDO e LOA, com foco na responsabilização dos ordenadores de despesa. Despesa de pessoal: limites da LRF, apuração, medidas de recondução e consequências pelo descumprimento. Restos a pagar, inscrição, cancelamento e controle de passivos. Classificação da despesa, plano de contas aplicado ao setor público e reflexos da contabilização inadequada nas análises do Tribunal de Contas. Indicadores fiscais e de gestão que embasam pareceres e julgamentos de contas.

Metodologia: Estudo de fluxos orçamentários e contábeis com enfoque nas principais inconsistências apontadas em relatórios de auditoria.

Licitações na Prática e Visão dos Tribunais de Contas

Princípios das contratações públicas e enquadramento das modalidades de licitação e dispensa. Planejamento da contratação: estudo técnico preliminar, termo de referência/projeto básico, pesquisa de preços e gestão de riscos. Fases da licitação na perspectiva do controle externo: Fase interna: motivação, segregação de funções e formalização. Fase externa: publicidade, competição, julgamento e recursos. Contratos administrativos: alterações, reequilíbrio econômico-financeiro, fiscalização contratual e responsabilização do gestor. Análise de casos: apontamentos mais frequentes dos Tribunais de Contas em licitações e contratos, com orientações para prevenção de irregularidades.

Entregável: Checklists práticos para instrução de processos de contratação e fiscalização contratual, compatíveis com exigências do controle externo.

Transparência Pública, Ferramentas de Controle e Principais Apontamentos do TCE

Transparência ativa e passiva: obrigações legais, portais de transparência e acesso à informação. Estruturação e fortalecimento do controle interno: papéis, fluxos de trabalho e integração com o controle externo. Ferramentas e rotinas de monitoramento das recomendações e determinações dos Tribunais de Contas. Principais apontamentos recorrentes do Tribunal de Contas em: Atos de pessoal. Licitações e contratos. Execução orçamentária e financeira. Prestação de contas e remessa de dados aos sistemas de controle. Construção de plano de ação para saneamento de irregularidades e prevenção de novas ocorrências.

Entregável: Modelo de plano de ação institucional para atendimento às recomendações do Tribunal de Contas e aprimoramento da governança.

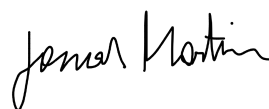
3. DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A notória especialização do ICAGES é demonstrada pela qualificação técnica de seu corpo docente, formado por profissionais com experiência direta em auditoria, fiscalização, docência e assessoria em gestão pública e controle externo. A reunião destes especialistas em um único evento confere ao serviço caráter de confiança pessoal e subjetiva, justificando a contratação por notória especialização.

EDNALDO RUFINO

Qualificação Técnica: Auditor do Estado do Rio Grande do Sul. Experiência em Controle: Atuação em auditorias de órgãos e entidades públicas, com foco em legalidade dos atos administrativos, gestão de pessoal, licitações e contratos. Relevância: Sua vivência prática em órgãos de controle interno e externo permite traduzir, em linguagem acessível, as exigências dos Tribunais de Contas e os principais riscos de responsabilização dos gestores.

Auditor do Estado do Rio Grande do Sul. Exerce a função de Coordenador Substituto da Seccional da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado junto à Subsecretaria da Administração Central de Licitações. Doutorando em Políticas Públicas na UFRGS. Mestre em Políticas Públicas na UFRGS (CAPES 5). Especialista em Licitações e Contratos pela Faculdade Centro de Estudos Renato Saraiva. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera Uniderp. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa/PB. Atualmente é membro do Comitê Gestor de implementação e regulamentação da Lei Federal n 14.133, de 1 de



abril de 2021 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política (NUPERGS - UFRGS). Já atuou como Membro da Comissão Permanente de Responsabilização da Pessoa Jurídica do RS, membro do grupo de trabalho de revisão dos editais padrões de licitações do Estado do Rio Grande do Sul, Assessor Técnico do Contador e Auditor - Geral do Estado, Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, Secretário Executivo do Conselho Superior da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e Advogado. Tem experiência na área de Direito Tributário e Direito Administrativo

LEONARDO FERREIRA

Qualificação Técnica: Auditor de Tribunal de Contas. Experiência em Fiscalização: Participação em inspeções, auditorias e análises de prestações de contas de entes e órgãos públicos, com atuação em processos de contas de governo e de gestão. Relevância: Traz a visão institucional do controle externo, apresentando entendimentos consolidados, apontamentos recorrentes e boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas, o que diferencia este curso de capacitações puramente acadêmicas.

Técnico em Processamento de Dados. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista, lato sensu, em Administração Pública e Gestão de Cidades. Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) - linha de pesquisa Administração Pública e Gestão Social. É Auditor Público Externo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, lotado em Santa Cruz do Sul/RS. Tem interesse por temáticas e questões que envolvam políticas públicas, gestão social e o processo de desenvolvimento. Mantém viva atuação com a auditoria do setor público e o combate à corrupção, o controle externo da administração pública, a transparência na administração pública e o controle social, assim como a controladoria e a contabilidade aplicadas ao setor público. É Coordenador-Geral da Escola Superior de Auditoria Pública (ESAP) do Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do RS (CEAPE-TCERS).

ALBERTO RUTTKE

Perfil Acadêmico e Profissional: Professor universitário e advogado, com atuação voltada ao Direito Público, em especial finanças públicas, licitações, contratos e responsabilidade de agentes públicos. Experiência Docente: Condução de cursos, palestras e treinamentos para servidores e gestores públicos, com abordagem aplicada e análise de casos concretos. Relevância: Garante o aprofundamento jurídico necessário para interpretação adequada da legislação orçamentária, da LRF e das normas de licitações, alinhando teoria e prática da gestão pública.

Professor da Ulbra. Mestre em Ciências Criminais (2020) e Especialista em Ciências Penais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2016). Palestrante e professor convidado na Escola Superior da Advocacia da OAB/RS. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Secretário e colaborador do Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (Gestão 2021/2023). Editor Assistente da Revista de Estudos Criminais (ISSN1676-8696). Advogado e sócio fundador do Escritório Fabiane Cavalcanti I Alberto Ruttke Advogados.

EDISON MELLO

Qualificação Técnica: Auditor aposentado de Tribunal de Contas. Experiência Institucional: Longa trajetória na fiscalização de contas públicas, elaboração de relatórios, pareceres e propostas de decisão em processos de controle externo. Relevância: Sua experiência acumulada em julgamentos de contas e orientações a gestores públicos oferece visão estratégica sobre como prevenir falhas e estruturar uma gestão aderente às exigências do Tribunal de Contas.

A convergência desses perfis – auditoria de Estado, auditoria de Tribunal de Contas, docência universitária e advocacia em Direito Público – confere ao curso um nível de especialização raro, focado especificamente na interface entre gestão administrativa, controle de contas e responsabilização de agentes públicos.

4. CONCLUSÃO TÉCNICA



A contratação do ICAGES para o curso “Gestão Administrativa e Fiscalização de Contas Públicas – Atos de Pessoal, Orçamento, Licitações e a Visão do Tribunal de Contas” justifica-se pela inviabilidade de competição, diante da natureza singular do serviço e da notória especialização do corpo docente.

A estrutura do conteúdo programático, que integra:

Atos administrativos e de pessoal. Orçamento, contabilidade pública e LRF. Licitações na prática. Transparência pública, ferramentas de controle e principais apontamentos do Tribunal de Contas.

Ministrado por auditores e especialistas com atuação direta em órgãos de controle e na orientação de gestores, configura um treinamento único, voltado à prevenção de irregularidades, ao fortalecimento da governança e à segurança jurídica da gestão administrativa e financeira.

Porto Alegre/RS, fevereiro de 2026.



Jonas Martins DIRETOR GERAL